COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 5.572, de 2009

Acrescenta inciso ao art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para inserir, entre as incumbências da União, a de estabelecer, em colaboração com os entes federados, padrões mínimos de infra-estrutura para os prédios escolares.

Autor: Deputado HOMERO PEREIRA

Relator: Deputado PAULO DELGADO

I – RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre Deputado Homero Pereira, altera o art. 9º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de modo a estabelecer que a União, em colaboração com os entes federados, terá como incumbência o estabelecimento de padrões mínimos de infra-estrutura para os prédios escolares.

A iniciativa foi distribuída à Comissão de Educação e Cultura, para análise do mérito educacional e cultural, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Durante o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

É louvável a preocupação do nobre colega com a questão da infra-estrutura escolar. De fato, os dados do Censo Escolar de 2006, consultados a partir da base do EdudataBrasil/INEP, mostram que, de quase 140 mil escolas, apenas 6% tinham laboratórios de ciências, somente 24% tinham quadra de esportes e faltava saneamento em cerca de 10% dos estabelecimentos. Essa é uma pequena amostra das necessidades de infra-estrutura da etapa com maior número de alunos da educação básica, o ensino fundamental. A questão da saúde da comunidade escolar e, sobretudo de alunos e professores, é afetada pela falta de esgotamento sanitário, mas também por outros fatores, como a presença de mobiliários inadequados e a utilização de giz, como alerta o eminente Deputado Homero Pereira.

Não obstante, já há no Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172, de 2001) a exigência de que os sistemas de ensino, em colaboração com a União, estabeleçam padrões mínimos de infra-estrutura para as instituições de educação infantil, fundamental e média. E mais: há no PNE metas específicas que se referem à adaptação das escolas existentes aos padrões mínimos de infra-estrutura estabelecidos e à obrigatoriedade de observância desses mesmos padrões para conceder autorização de funcionamento a novos estabelecimentos.

Como se vê, não existe vácuo legal em relação ao tema; existe, isto sim, uma excessiva lentidão do Poder Público em fazer cumprir o Plano Nacional de Educação e oferecer às crianças e jovens do País condições adequadas de ensino e aprendizagem.

Em que pese a relevância da problemática no cenário educacional brasileiro, a proposição não traz inovação do ponto de vista legal e, portanto, de forma a não gerar redundância no marco jurídico nacional, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei nº 5.572, de 2009.

Sala da Comissão, em 13 de julho de 2010 .

Deputado PAULO DELGADO

Relator